



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CONCLUSÃO

Aos 15 de outubro de 2018 faço estes autos conclusos.

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008044-19.2008.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**
 Requerente: **Prodaplan Turismo Ltda**
 Requerido: **Antonio Carlos Mateus Fonseca**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos.

Fls. 184: Merece acolhida o pleito destinado à aplicação da tese da prescrição intercorrente, fenômeno de direito material e cuja ocorrência acarreta a perda da pretensão (CC, art. 189), ao caso vertente.

Assim se decide porque o feito ficou paralisado em arquivo por quase sete (07) anos, assim considerado o último ato praticado nos autos (dezembro de 2011 - fls. 181) e aquele realizado pelo executado (julho de 2018), com o qual o processo foi desarquivado, sendo pleiteada a extinção da execução por força da prescrição intercorrente. A exequente, por sua vez, manteve-se inerte quanto ao pedido, apesar de intimada para manifestação quanto à pretensão do devedor.

É de se dar guarida, pois, ao pedido, seja porque a prescrição é a extinção do direito de ação por inércia do seu titular por determinado lapso de tempo em exercitá-lo, seja porque o título executivo (cheque) tem a sua exequibilidade atingida pela prescrição em prazo inferior àquele em que o processo ficou paralisado no arquivo provisório.

De rigor, ainda, a condenação da exequente em verba honorária advocatícia em favor do patrono adverso, dada a necessidade do devedor movimentar a máquina judiciária para ver extinta uma execução que assim deveria estar havia muitos anos atrás.

A respeito: “*Extinguindo-se a execução por iniciativa dos devedores, ainda que em decorrência de exceção de pré-executividade, devida é a verba honorária*” (STJ, 4ª Turma, Resp. 195.351-MS, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 18.2.99, DJU 12.4.99, p. 163).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PRONUNCIO, pois, a prescrição intercorrente no caso em tela e o faço para julgar **EXTINTO** este processo de execução e condenar a exequente no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono adverso, que arbitro em R\$ 500,00 (artigo 85, § 2º, I, II, III e IV, e § 8º do CPC), por entender que remunera condignamente o trabalho desenvolvido pelo procurador.

P.I.

Araraquara, 15 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**